

Ata Call 3ª Reunião do Fórum Floresta Nativa – 28.10.2020

Participantes: Adriana Moraes (BASF), Alan Batista (Mirova Natural Capital), Alessandra Fajardo (Bayer), Alex Ferreira de Freitas (UFV/CNPq), Alexandre Lunardelli, Ana Assad (A.B.E.L.H.A.), Ana Carolina Oliveira, Ana Julia Ferreira (Radix Investimento), Antonio Cesar, Arnaldo Jardim (Deputado Federal), Barbara Pellegrini (Viveiro Muda Tudo), Caio Pompeia (USP), Carolina Dubeux (Coppe/UFRJ), Daniel Piotto (UFSB), Daniel Soares (WRI Brasil), Daniela Vilela (FSC Brasil), Edenise Garcia (TNC), Eduardo Roxo (Atina), Fabiana Vilela (SEBRAE MG), Fernanda, Fernando Costa (MAPA – MG), Gabriel Lui (iCS), Iris Amati Martins (BioRevita), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), Jorge Ribeiro (Braúna Empreendimentos), José Carlos Carvalho (Instituto Inhotim), Juliana Simões (TNC), Juliana Tinoco (P4F), Kalil Cury Filho (Partner Desenvolvimento), Kamila Los (BRF), Kleber Santos (MAPA), Laila Vaz (CHS), Lara Monteiro (IIS), Laura Antoniazzi (Agroicone), Leonardo Sobral (Imaflora), Leonel Almeida (Marfrig), Leticia Cobello (Fundação Amazonas Sustentável), Liviam Cordeiro Beduschi (GGF/USP), Luciana Villa Nova (Natura), Ludmila Pugliese (Pacto Mata Atlântica), Maiko Cassiano (BRF), Marcelo Matsumoto (WRI), Marcus Vinicius Alves (SFB), Marina Campos (TNC), Marisa Rossi Monteiro, Mayra Bonfim (IABS), Miguel Calmon (WRI), Miguel Luiz (Instituto Florestal), Milena Ribeiro (TNC), Mônica Dias (Audsat), Octaciano Neto (EloGroup), Oswaldo Lucon (FBMC), Paulo Bellonia (Save Cerrado), Paulo Carneiro (SFB), Pedro Mello Poppe (UFRRJ), Rafaella Dortas (BTG Pactual), Rafaela Kern (Souto Correa Advogados), Raquel Poça (SEMAS-PA), Raul Valle (WWF), Ricardo Santos (ME), Roberto Porro (Embrapa Amazônia Oriental), Rodrigo Agostinho (Deputado Federal), Rodrigo Ciriello (Futuro Florestal), Rubens Benini (TNC), Rubito Ribeiro (Assessor Deputado Rodrigo Agostinho), Samir Rolim (Amplio Engineering), Saulo Magnani Thomas (ONF Brasil), Silvana Cury (SIMA-SP), Simone Gonçalves (Abiec), Tarcisio Feitosa da Silva (CLUA), Tatiana Botelho (CLUA), Vitoria (100%Amazonia), Viviane Buchianeri (SIMA-SP), Zezé Zakia, Ziraldo dos Santos (Assessor Deputado Arnaldo Jardim), Fernanda Macedo (Coalizão Brasil), Joice Oliveira (Coalizão Brasil), Laura Lamônica (Coalizão Brasil) e Maiara Beckrich (Coalizão Brasil).

Atualizações das Forças Tarefas do Fórum Floresta Nativa

FT Concessões Florestais

- As concessões florestais são centrais para alavancar o manejo florestal na Amazônia. Nos últimos meses, tivemos importantes avanços no trabalho desta FT já que o tema tem ganhado tração no parlamento dentro da agenda de combate ao desmatamento. Em outubro de 2020, a FT contribuiu com o tema a partir do envio aos parlamentares de uma proposta de alteração da lei de gestão de florestas públicas de 2006. Como próximos passos, daremos continuidade a esse diálogo junto ao parlamento sobre a alteração do marco legal e, posteriormente, nos debruçaremos sobre outros entraves para o manejo florestal como a questão das invasões e a necessidade de desenvolver mercados.
- Esta FT deve estar alinhada ao trabalho da FT florestas públicas não-destinadas já que nestes territórios – 70 milhões de hectares só na Amazônia – as taxas de desmatamento e

incêndio são bastante significativas. Neste sentido, estabelecer um diálogo com o Serviço Florestal Brasileiro, órgão gestor nesta área de concessões, também será fundamental.

FT Bioeconomia

- O objetivo da FT é influenciar o debate sobre a implementação da bioeconomia no Brasil com foco nas cadeias florestais madeireiras e não madeireiras. Queremos entender como a floresta em pé e sua biodiversidade podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.
- Ao longo dos últimos meses, a FT dialogou com o IBGE para pensar sobre como trabalhar os dados de bioeconomia já que estes ainda são escassos e muitas vezes imprecisos e acompanhou o estudo contratado pela TNC acerca da contribuição econômica da sociobiodiversidade no estado do Pará. Atualmente temos nos dedicado a construir um White Paper que reflita a visão da Coalizão sobre bioeconomia. Assim que tivermos o documento finalizado, compartilharemos com a rede.
- Entendemos que o trabalho da FT está relacionado com os esforços das FT Finanças verdes, PSA e Mercado de carbono e, por esse motivo, uma aproximação com estes grupos é fundamental para avançarmos em nossos esforços de maneira alinhada.

FT Monitoramento da Restauração e Reflorestamento

- O ponto de partida deste trabalho foi a oficina presencial [“Como monitorar o reflorestamento e a restauração da vegetação nativa no Brasil?”](#), de agosto de 2019. Neste encontro, identificamos que ainda não existia uma plataforma pública que atendesse o objetivo de integrar, qualificar e reportar dados de restauração da vegetação nativa e de silvicultura (espécies nativas e/ou exóticas) em todo o território brasileiro.
- A partir deste entendimento foi criada a FT dentro da Coalizão e, deste então, o grupo tem se dedicado ao desenvolvimento da plataforma. Em outubro de 2020, realizamos um [webinar de apresentação do Observatório da Restauração e Reflorestamento](#).
- Atualmente, o grupo está trabalhando na integração das bases de dados e em aspectos como a geração de relatórios e indicadores dentro da plataforma. Ainda não definimos se será possível subir voluntariamente dados na plataforma, mas estamos discutindo mecanismos de validação de informação. Também estamos trabalhando na aproximação com os órgãos públicos e governos subnacionais para que somem neste trabalho. O lançamento online do Observatório ocorrerá em 09 de março, das 10h às 11h30.

FT Silvicultura de Espécies Nativas

- O trabalho da FT está dividido em quatro linhas temáticas. No âmbito do programa de **P&D**, temos pesquisadores trabalhando no desenho da governança do programa, mapeamento das pesquisas em andamento e das prioridades curto, médio e longo prazo e desenho das estratégias de captação. O lançamento do programa será em 13 de abril. Também lançaremos um blog para divulgação da versão em português do estudo [Prioridades e Lacunas de Pesquisa & Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas no Brasil](#).
- O grupo de **Marco Regulatório**, visa aumentar a segurança jurídica e reduzir os custos do produtor. Em outubro realizamos o lançamento da publicação “Marco regulatório e o plantio de florestas nativas para fins econômicos” por meio de um [webinar](#) que teve grande

repercussão. Como próximo passo apresentaremos os resultados do estudo no estado do Espírito Santo, assim como um plano de ação para remoção de barreiras no estado.

- No que refere ao aspecto do **Mercado**, o objetivo é desenvolver mercados para produtos madeireiros e não madeireiros. Atualmente o grupo está elaborando um TdR para identificação dos casos mais relevantes de silvicultura de espécies nativas. O próximo passo será contratar uma consultoria para execução do TdR.
- No campo de **Financiamento & Investimentos**, o objetivo é aumentar o volume de investimento público e privado para projetos com espécies nativas e o grupo tem trabalhado em duas publicações sobre investimentos existentes em silvicultura no Brasil. Como próximo passo, queremos capacitar as instituições financeiras sobre o tema e identificar espaços para inserção da silvicultura de espécies nativas no plano ABC.
- Como um avanço geral, concordamos que seria importante aterrissar o que estamos construindo na FT em algum território. Por isso, iniciamos um diálogo com o governo do estado do Espírito Santo para apresentar ao governador a ideia da criação de um polo de silvicultura de espécies nativas no estado. Atualmente estamos articulando uma reunião com o governador para avaliar se existe espaço para avançarmos.

Vitrine da Restauração

- O projeto surgiu no Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, com participação do SOBRE, WRI, TNC, Aliança para Restauração da Amazônia e Coalizão. O foco é entender as possíveis contribuições da restauração para uma retomada econômica verde no cenário pós-covid.
- Para isso, realizamos uma pesquisa online com o objetivo de mapear todas as iniciativas de restauração no país. A princípio pensamos em fazer um levantamento prévio das principais instituições, mas depois avaliamos que seria interessante cobrir o máximo de instituições possível, considerando que temos lacunas importantes de informação em certos biomas. Após ampla divulgação, tivemos 391 respostas ao formulário. Destes, 371 tiveram interesse em compartilhar seus dados com a vitrine.
- A pesquisa continha 21 perguntas focadas nas questões de geração de emprego, renda e impostos arrecadados com a restauração. A partir das respostas, produzimos resultados por bioma, elo da cadeia e empregos gerados, considerando o aspecto de gênero no último.
- Como próximos passos, pretendemos nos aprofundar na análise dos resultados e escrever artigos que possam subsidiar políticas públicas no tema.

Demandas da Restauração

- Essa FT surge com o objetivo de obter informações mais concretas sobre a demanda por restauração no país. Com isso em mente, fizemos um estudo com P4F para entender a dimensão real da demanda por restauração proveniente de mecanismos legais para além do Código Florestal. O estudo abarca os seguintes estados: MG, MT, PA, SP, DF, GO e RJ.
- Dado o contexto da pandemia, tivemos alguns contratemplos como a impossibilidade de realizar idas a campo e aos órgãos ambientais. Apesar dos contratemplos, o relatório final entregue em setembro teve resultados bem interessantes, indicando um número de mais de um milhão de hectares de demanda, especialmente advinda do judiciário.
- Como próximos passos, teremos a [publicação dos dados](#) e a realização de um webinar buscando a comunicação amplificava destes resultados. O P4F também está desenhando

uma iniciativa focada em algumas das recomendações do relatório como: possibilidade de automação do monitoramento da restauração em plataforma pública online para facilitar a gestão da base de dados; e criação de um fórum de resolução de conflitos judiciais.

DEBATE – O valor das florestas para a retomada econômica no cenário de pandemia no Brasil

Moderadora: Laura Antoniazzi (Agroicone e líder da FT Demanda da Restauração)

- Nesta conversa queremos debater os desafios para o reconhecimento do valor das florestas, considerando o cenário da pandemia. Em 2021, se inicia a década da restauração da ONU que visa incentivar a restauração de ecossistemas degradados em todo o mundo. Como vocês acham que o governo brasileiro pode colaborar com este esforço global de restauração em larga escala? E o que a Coalizão pode fazer para contribuir?

Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)

- O início da década da restauração marca o reconhecimento da necessidade de combater a mudança climática, garantir segurança alimentar e fornecimento de água e proteger a biodiversidade. Tudo isso passa pela questão da recuperação dos ecossistemas degradados. Estamos falando de 2 bilhões de hectares de área degradada no planeta (140 milhões deste no Brasil) que, a partir da restauração, poderiam gerar serviços ambientais em grande escala e levar à retirada de bilhões de toneladas de gases de efeito estufa da atmosfera.
- No Acordo de Paris nos comprometemos a restaurar 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de pastagens degradadas. O plano ABC dialoga diretamente com o tema de recuperação dessas áreas e por isso devemos intensificá-lo. A participação dos entes municipais neste debate também será fundamental para avançarmos no tema.
- No Congresso devemos articular um conjunto de iniciativas alinhadas aos objetivos da década da restauração. É importante olharmos para as áreas contaminadas dos centros urbanos que também podem ser recuperadas. O [PL 2732/2011](#) de minha autoria trata sobre estas áreas e seria um bom momento para voltar a discuti-lo.
- Temos um poderoso atrativo para recuperação de áreas degradadas já que a restauração agrega valor aos territórios e, nesse sentido, precisamos incentivar a criação de linhas de financiamento alinhadas a esse objetivo de valorizar nossos ativos ambientais. Somente a partir do financiamento conseguiremos dar escala aos esforços de restauração.

Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

- A questão da restauração florestal precisa ser tratada de maneira ampla. Além do PL 2732 citado pelo Arnaldo, gostaria de destacar algumas matérias prioritárias nesta agenda:
 - [PL 4778/2019 do Dep. Christino Aureo](#): regulamenta o programa nacional de microbacias, importantes para restaurar áreas específicas como nascentes, áreas de preservação permanentes e mananciais.
 - [PL5634/2019 do Dep. Otto Alencar Filho](#): visa criar regras mais flexíveis para facilitar a vida de quem quer recuperar já que hoje existem entraves para a restauração como: a necessidade de licenciamento ambiental para recuperar APPs em alguns estados; proibição da mecanização que é fundamental para recuperação em escala; e

dificuldade de retirar sementes das unidades de conversação para restauração de outras áreas. O PL precisa de um novo texto e a Coalizão pode ajudar nisso.

- [PL3430/2019 da Dep. Leandre](#): matéria sobre disciplinar a intervenção e implantação de instalações necessárias à recuperação e proteção de nascentes.
- Existem ainda alguns projetos de lei de biomas que precisam ser trabalhados numa perspectiva de facilitar a recuperação de reservas legais, com os [PL 9950/2018](#) (pantanal), [PL 3117/2019](#) (serrado) e [PL 4623/2019](#) (caatinga).
- Para avançarmos nessa agenda, precisamos ampliar o plano ABC já que temos muitas áreas para restaurar nas propriedades rurais e sabemos que os produtores agirão neste sentido se tiverem apoio. Também é essencial que o SFB se fortaleça e avancemos na implementação do Código Florestal a partir de uma validação efetiva do CAR e posterior implementação do PRA.
- Temos ainda mais uma possibilidade importante que tem sido aplicada por países vizinhos como Colômbia e Peru: utilizar concessões florestais para fins de restauração. Hoje só pensamos restauração para fins madeireiros, mas poderíamos pensá-las para turismo, outros produtos florestais e fins de carbono. A Coalizão ajudou recentemente na elaboração de um projeto de lei sobre concessões – que será assinado pelos deputados que tem liderado essa agenda – para que possamos estabelecer um novo marco regulatório que permita um efetivo avanço no tema. Precisamos tirar carbono da atmosfera e só se faz isso plantando árvore.
- Apesar da dificuldade de avançarmos com projetos sobre comando e controle, o Congresso tem cumprindo um papel estratégico de convergência em propostas de valorização das florestas em pé por meio de incentivos econômicos. A expectativa é que após o período eleitoral, avancemos no que já existe de consenso nesta agenda positiva. Importante frisar que para além da aprovação destes PLs, precisaremos de políticas públicas efetivas para implementá-los.
- Sobre o tema de carbono, o setor empresarial tem defendido o mercado voluntário, sem precificação do carbono com instrumentos tributários, mas em alguns casos estes instrumentos serão necessários. Precisaremos de regulação, mesmo que mínima, para garantir segurança jurídica ao investidor. Vamos precisar de um texto sobre isso e a Coalizão pode ajudar neste sentido.
- Devemos trabalhar a manutenção de floresta em pé e a recuperação de áreas degradadas ao mesmo tempo. Precisamos apoiar o governo neste desafio que passa pela validação do CAR e pela regulamentação do PRA.

Paulo Carneiro – Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

- Para dar concretude a essa década da restauração temos dois grandes desafios. O primeiro deles é priorizar a implementação do Código Florestal para validação das terras privadas. A complexidade da tarefa de construir um banco de dados – por meio do cadastro, análise de CAR e implementação de PRA – de 6 milhões de propriedades rurais foi subdimensionada quando aprovamos o código. Apesar das dificuldades encontradas

neste processo, entendemos que avançar na validação do CAR é fundamental para viabilizar a agenda de restauração no país.

- O segundo desafio se refere ao grande volume de áreas degradadas no país concentradas em florestas públicas não destinadas. No SFB estamos desenvolvendo uma modelagem para concessão florestal focada na recuperação dessas áreas. O principal desafio neste sentido é garantir segurança jurídica ao concessionário, o que só é possível se equacionarmos os conflitos fundiários antes da concessão. No que se refere ao mercado, no modelo atual não temos mecanismos de apoio à comercialização dos produtos dos concessionários, mas dialogamos com alguns players do mercado internacional para demonstrar que a aquisição da madeira do concessionário é segura. Queremos aprofundar em nossa modelagem a questão dos produtos não-madeiros e bioeconomia e precisamos da ajuda da Coalizão com isso.
- Vale mencionar que vemos com bastante otimismo as frentes de estudo sobre silvicultura de nativas. Para além da implementação do Código Florestal, o que levará um produtor a destinar parte da sua terra para o plantio de nativas será, por um lado, o desenvolvimento de mercados e por outro a revisão do marco regulatório atual que gera um ambiente pouco amigável para quem está investindo na conservação das florestas.